

ARAGUAÍNA-TO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA - TOCANTINS

ANALISTA ADMINISTRATIVO



**APOSTILA
COMPLETA**



**MATERIAL PARA
DOWNLOAD**



**TEORIA E
QUESTÕES**

EDITAL Nº 004/2026, 28 DE MAIO DE 2026.

AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

✖ Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.maxieduca.com.br>



Prefeitura de Araguaína - TO
Analista Administrativo

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos	1
Características dos diversos gêneros textuais	6
Tipologia textual (Sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal) Elementos de coesão e coerência textual	13
Funções da linguagem	20
Ortografia oficial	24
Acentuação gráfica	34
Pontuação	41
Crase	52
Emprego e descrição das classes de palavras	56
Sintaxe da oração e do período (Ênfase em concordância e regência)	72
Significação das palavras e inferência lexical através do contexto	79
Paráfrase	85
Questões	86
Gabarito	93

INFORMÁTICA

Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador	1
Configurações básicas do Windows 11	7
Aplicativos do Pacote Microsoft Office 2024 (Word, Excel e Power Point)	16
Configuração de impressoras	25
Noções básicas de internet e uso de navegadores	27
Noções básicas de correio eletrônico e envio de e-mails	32
Questões	38
Gabarito	47

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Princípios da Administração Pública; Regime Jurídico Administrativo; Serviços Públicos; Poder de Polícia; Atos Administrativos; Contrato Administrativo; Administração Indireta. Órgãos Públicos; Controle da Administração Pública	1
Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada	1
Servidores Públicos	6

SUMÁRIO



Responsabilidade Extracontratual do Estado.....	24
Bens Públicos.....	29
Regime Próprio de Previdência do Servidor Público; Conceito de Regime Previdenciário.....	32
Peculiaridades do Regime Previdenciário dos titulares de Cargo em Comissão, Cargos Temporários e Empregos Públicos, Peculiaridades dos Servidores Remanescentes dos Regimes Jurídicos Administrativos.....	33
Filiação Previdenciária.....	37
Destinatários dos Regimes Próprios de Previdência.....	39
Extinção da Relação Jurídico-Previdenciária ; Suspensão da Relação Jurídico - Previdenciária.....	44
Características dos Regimes Próprios de Previdência.....	49
Princípios Aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência.....	55
O Direito dos Servidores à Paridade: Conceito; Origem Constitucional.....	60
Reajustes dos Proventos dos Inativos; Fixação dos Proventos; Fixação da Pensão; Contagem de Tempo.....	65
Plano de Custeio dos Regimes Próprios de Previdência; Conceito; Financiamento; Patrimônio; Compensação Previdenciária.....	70
Plano de Benefícios; Regras de aposentadoria, voluntária, especial, por idade, por invalidez e compulsória.....	73
Pensão por Morte; Valor do Benefício da Pensão; Beneficiários da Pensão por Morte.....	80
Crêterios para Concessão.....	85
Controle do Tribunal de Contas.....	90
Constituição Federal de 1988: Dos Direitos Sociais, Da Administração Pública, Dos Servidores Públicos, Da Seguridade Social.....	90
Lei de Responsabilidade Fiscal - LC 101/2000: arts. 1º a 24, 50 a 55.....	93
Lei Federal n.º 4.320/64: arts. 1º a 82.....	108
Resolução CMN n.º 4.963, de 25 de novembro de 2021.....	122
Lei Federal n.º 14.133/21: arts. 1º a 88, 140 a 193.....	141
Código Penal: Dos Crimes contra a Fé Pública.....	202
Dos Crimes contra a Administração Pública.....	214
Questões.....	225
GABARITO.....	231

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conceito, evolução, poderes; Evolução da Administração Pública.....	1
Administração como organização e como atividade do Estado.....	7
Funções do Estado e critérios de distinção da função administrativa.....	12

SUMÁRIO

SUMÁRIO



A Administração Pública e os regimes jurídicos público e privado.....	17
Tendências e modificações recentes na Administração Pública e no direito administrativo brasileiro.....	23
Atuação unilateral e consensual da Administração Pública.....	27
Administração pública participativa.....	32
Questões.....	38
GABARITO.....	45

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública; Conceitos; Elementos.....	1
Direito administrativo; Conceito; Objeto; Fontes.....	6
Ato administrativo. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação; Decadência administrativa.....	11
Poderes da administração pública; Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.....	29
Uso e abuso do poder.....	40
Regime jurídico-administrativo; Conceito.....	41
Princípios expressos e implícitos da administração pública.....	57
Responsabilidade civil do Estado; Evolução histórica; Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro; Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; Reparação do dano; Direito de regresso.....	64
Serviços públicos; Conceito; Elementos constitutivos; Formas de prestação e meios de execução; Delegação: concessão, permissão e autorização; Classificação; Princípios.....	71
Organização administrativa; Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.....	89
Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ...	98
Controle da administração pública.....	107
Controle exercido pela administração pública; Controle legislativo; Controle judicial..	110
Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992.....	119
Processo administrativo.....	133
Lei nº 9.784/1999.....	140
Licitações e contratos administrativos.....	151
Legislação pertinente.....	199

SUMÁRIO



Lei nº 14.133/21	201
Fundamentos constitucionais	201
Questões	202
Gabarito	209

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	1
Princípios fundamentais	2
Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.....	4
Aplicabilidade das normas constitucionais	8
Normas de eficácia plena, contida e limitada	11
Normas programáticas	16
Direitos e garantias fundamentais	26
Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.....	46
Remédios Constitucionais	55
Organização político-administrativa do Estado; Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	57
Administração pública	70
Disposições gerais, servidores públicos.....	75
Poder executivo; Atribuições e responsabilidades do presidente da República	89
Poder legislativo; Funcionamento e atribuições; Processo legislativo; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Comissões parlamentares de inquérito	94
Poder judiciário; Disposições gerais; Órgãos do poder judiciário	112
Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça	119
Composição e competências	120
Funções essenciais à justiça.....	131
Ministério Público, Advocacia Pública; Defensoria Pública	138
Da Defesa do estado e das Instituições Democráticas	142
Questões	148
Gabarito	154

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS BÁSICOS DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE ARAGUAÍNA

Formação histórica: Origens e ocupação primária; Formação administrativa; Localização Geográfica Histórica. Evolução Político-Administrativa. Origem e Emancipação: Primeiros habitantes, fundação e processo de emancipação política. Fatos históricos marcantes, ciclos econômicos. Influência religiosa. Influência da rodovia Belém-Brasília. Localização e Fronteiras; Aspectos Físicos: Clima, relevo, hidrografia (rios e bacias), vegetação e biomas. Demografia e Economia: População, principais atividades econômicas (indústria, agropecuária, comércio e serviços). Geopolítica: Limites territoriais, microrregião, divisão político-administrativa e localização no estado. Hidrografia Local. Crescimento e Representação Populacional; Indicadores de Desenvolvimento	1
Questões	12
Gabarito	17

SUMÁRIO



DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► **Exemplo de compreensão:**

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► **Exemplo de interpretação**

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

**HARDWARE E SOFTWARE**

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software**Componentes físicos e componentes lógicos**

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização



PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

Princípio da regressão é uma abordagem que visa encontrar um valor inicial requerido pelo problema com base em um valor final fornecido. Em outras palavras, é um método utilizado para resolver problemas de primeiro grau, ou seja, problemas que podem ser expressos por equações lineares, trabalhando de forma inversa, ou “de trás para frente”.

Esteja atento:

Você precisa saber transformar algumas operações:

- **Soma:** a regressão é feita pela subtração.
- **Subtração:** a regressão é feita pela soma.
- **Multiplicação:** a regressão é feita pela divisão.
- **Divisão:** a regressão é feita pela multiplicação

Ex.: (SENAI)

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

$$\text{A 1ª aplicação resultou em B e era 4A: } B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$$

$$\text{A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: } A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow$$

$$\text{▪ } X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C.



Conhecimentos Específicos

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Noções de Direito Administrativo.
Bons estudos!*



Restrições do Estado sobre a Propriedade Privada

FUNDAMENTOS DAS RESTRIÇÕES ESTATAIS SOBRE A PROPRIEDADE PRIVADA

► Propriedade privada e limites jurídicos

A propriedade privada é um direito fundamental reconhecido pelo ordenamento jurídico, mas não possui caráter absoluto. Isso significa que o proprietário tem poderes sobre o bem, como usar, gozar, dispor e reivindicar, porém esses poderes devem ser exercidos dentro dos limites impostos pela Constituição, pelas leis e pelo interesse coletivo.

No Estado Democrático de Direito, a propriedade não é vista apenas como uma esfera individual de liberdade econômica. Ela também deve cumprir uma função social. Essa ideia é essencial para compreender por que o Estado pode impor restrições sobre bens particulares sem que isso represente, necessariamente, uma violação ao direito de propriedade.

A função social da propriedade exige que o uso do bem esteja compatível com valores coletivos, como justiça social, proteção ambiental, organização urbana, segurança pública, ordem econômica e financiamento das políticas públicas. Assim, o proprietário não pode utilizar seu patrimônio de maneira totalmente desvinculada dos interesses da sociedade.

No campo do Direito Previdenciário, essa lógica aparece principalmente quando o Estado exige contribuições destinadas ao financiamento da seguridade social. Embora tais contribuições atinjam o patrimônio privado, elas têm fundamento constitucional e finalidade pública: garantir a manutenção de benefícios e serviços sociais relevantes, como aposentadorias, pensões, auxílios e demais prestações previdenciárias.

Direito de propriedade e função social

A função social atua como um critério de equilíbrio entre o interesse individual e o interesse coletivo. O proprietário continua protegido contra abusos do Estado e de terceiros, mas deve aceitar certas limitações legítimas quando elas forem previstas em lei, proporcionais e voltadas a uma finalidade pública.

Essa noção impede tanto o uso egoístico da propriedade quanto a intervenção estatal arbitrária. De um lado, o particular não pode alegar o direito de propriedade para descumprir obrigações legais, como tributos, contribuições previdenciárias ou normas administrativas. De outro, o Estado não pode restringir a propriedade sem base jurídica, sem finalidade legítima ou de forma excessiva.

► Fundamentos constitucionais das restrições estatais

As restrições do Estado sobre a propriedade privada decorrem da própria organização constitucional da sociedade. A Constituição reconhece direitos individuais, mas também impõe deveres sociais e econômicos. Por isso, a proteção da propriedade convive com princípios como solidariedade, justiça social, dignidade da pessoa humana e supremacia do interesse público.



Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Noções de Direito Administrativo
Bons estudos!

EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A administração pública brasileira passou por profundas transformações ao longo dos séculos, refletindo as mudanças políticas, econômicas e sociais do país. Desde o período colonial, a forma como o Estado organiza e administra seus recursos e serviços evoluiu significativamente, movendo-se por diferentes modelos de gestão que visavam responder às demandas e desafios de cada época. Entender essa evolução é crucial para compreender as dinâmicas atuais da gestão pública no Brasil e identificar os desafios e oportunidades para futuras reformas.

Historicamente, a administração pública no Brasil pode ser classificada em três grandes modelos de gestão: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. Cada um desses modelos surgiu em resposta a contextos específicos e trouxe consigo novas práticas e paradigmas de administração.

A trajetória da administração pública no Brasil é marcada por constantes esforços de reforma e modernização, buscando superar as ineficiências e promover um serviço público que atenda melhor às necessidades da sociedade. Analisar essa evolução permite não apenas entender os avanços alcançados, mas também identificar os resquícios de práticas antigas que ainda desafiam a gestão pública contemporânea.

Com a base histórica estabelecida, vamos explorar detalhadamente cada um desses modelos de gestão e as principais reformas que marcaram a administração pública brasileira ao longo do tempo.

► Modelos de Gestão: Patrimonialismo, Burocracia e Gerencialismo

A evolução da administração pública no Brasil pode ser compreendida por meio da análise de três grandes modelos de gestão: o patrimonialista, o burocrático e o gerencial. Esses modelos refletem diferentes períodos históricos e concepções sobre a organização e funcionamento do Estado.

A seguir, exploramos cada um desses modelos em detalhes, destacando suas características, contextos históricos e impactos na administração pública brasileira.

► Modelo Patrimonialista

O modelo patrimonialista foi o primeiro sistema de gestão pública implementado no Brasil, prevalecendo desde o período colonial até o início do século XX. Esse modelo é caracterizado pela ausência de distinção entre o patrimônio público e o privado, com uma administração baseada em práticas tradicionais e pessoais, onde o Estado é visto como uma extensão dos interesses particulares do governante e de sua elite.

▪ Confusão entre o Público e o Privado:

No modelo patrimonialista, não havia uma clara separação entre os bens do Estado e os bens pessoais dos governantes. Os recursos públicos eram frequentemente usados para fins privados, beneficiando diretamente os detentores do poder e seus aliados. Essa prática gerava um ambiente propício para a corrupção e o desvio de recursos públicos.

▪ Clientelismo e Nepotismo:

A administração patrimonialista se baseava na troca de favores e na lealdade pessoal. Os cargos públicos eram distribuídos entre amigos, familiares e apoiadores políticos do governante, sem considerar a competência ou o mérito dos indivíduos. Esse sistema reforçava a dependência dos cidadãos em relação aos líderes locais e perpetuava um ciclo de lealdade e favores pessoais.



ESTADO

► Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas* romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

▪ **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

▪ **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”. (Artigo 91, §1º, III, CFB/88).



► Princípios fundamentais

Art. 1º *A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019).

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 estão previstos no art. 1º da Constituição e são:

A **soberania**, poder político supremo, independente internacionalmente e não limitado a nenhum outro na esfera interna. É o poder do país de editar e reger suas próprias normas e seu ordenamento jurídico.

A **cidadania** é a condição da pessoa pertencente a um Estado, dotada de direitos e deveres. O *status* de cidadão é inerente a todo jurisdicionado que tem direito de votar e ser votado.

A **dignidade da pessoa humana** é valor moral personalíssimo inerente à própria condição humana. Fundamento consistente no respeito pela vida e integridade do ser humano e na garantia de condições mínimas de existência com liberdade, autonomia e igualdade de direitos.

Os **valores sociais do trabalho** e da **livre iniciativa**, pois é através do trabalho que o homem garante sua subsistência e contribui para com a sociedade. Por sua vez, a livre iniciativa é um princípio que defende a total liberdade para o exercício de atividades econômicas, sem qualquer interferência do Estado.

O **pluralismo político** que decorre do Estado democrático de Direito e permite a coexistência de várias ideias políticas, consubstanciadas na existência multipartidária e não apenas dualista. O Brasil é um país de política plural, multipartidária e diversificada e não apenas pautada nos ideais dualistas de esquerda e direita ou democratas e republicanos.

Importante mencionar que união indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal é caracterizada pela **impossibilidade de secessão**, característica essencial do Federalismo, *decorrente da impossibilidade de separação de seus entes federativos, ou seja*, o vínculo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios é indissolúvel e nenhum deles pode abandonar o restante para se transformar em um novo país.

Quem detém a titularidade do poder político é o **povo**. Os governantes eleitos apenas exercem o poder que lhes é atribuído pelo povo.

Além de ser marcado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, a **separação dos poderes estatais – Executivo, Legislativo e Judiciário é também** uma característica do Estado Brasileiro. Tais poderes gozam, portanto, de autonomia e independência no exercício de suas funções, para que possam atuar em harmonia.

Fundamentos, também chamados de princípios fundamentais (art. 1º, CF), são diferentes dos **objetivos fundamentais** da República Federativa do Brasil (art. 3º, CF). Assim, enquanto os fundamentos ou princípios fundamentais representam a essência, causa primária do texto constitucional e a base primordial de nossa República Federativa, os objetivos estão relacionados à destinação, ao que se pretende, às finalidades e metas traçadas no texto constitucional que a República Federativa do Estado brasileiro anseia alcançar.



FORMAÇÃO HISTÓRICA E EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA¹

► Origens e Ocupação Primária

O contexto do norte goiano

O território onde hoje se localiza Araguaína integrava, até 1988, a imensa extensão do norte do estado de Goiás — uma região historicamente esquecida pelo poder central e marcada pelo isolamento geográfico, pela precariedade das vias de acesso e pela ausência quase absoluta de políticas públicas. Enquanto o sul goiano avançava em infraestrutura e urbanização ao longo do século XX, o norte permanecia como uma vasta fronteira agrária, habitada por populações dispersas dedicadas à criação de gado e à agricultura de subsistência. Esse desequilíbrio regional alimentou, por décadas, um sentimento de abandono que viria a ser um dos motores do movimento separatista e da posterior criação do estado do Tocantins.

Povos indígenas originários

Antes da chegada dos colonizadores, a região era habitada por povos indígenas cujas culturas e territórios moldaram profundamente a paisagem humana do vale do Araguaia e seus entornos. Entre os grupos mais representativos estavam os Karajá, que ocupavam as ilhas e margens do rio Araguaia com uma tradição fluvial sofisticada; os Xerente, habitantes do interflúvio Araguaia-Tocantins; e os Apinajé, presentes nas matas e cerrados do norte. Esses povos conviveram com a terra em equilíbrio por séculos, desenvolvendo sistemas próprios de agricultura, pesca e organização social. O avanço da colonização, no entanto, empurrou essas populações para territórios cada vez mais reduzidos, por meio de conflitos, doenças e expropriação de suas terras.

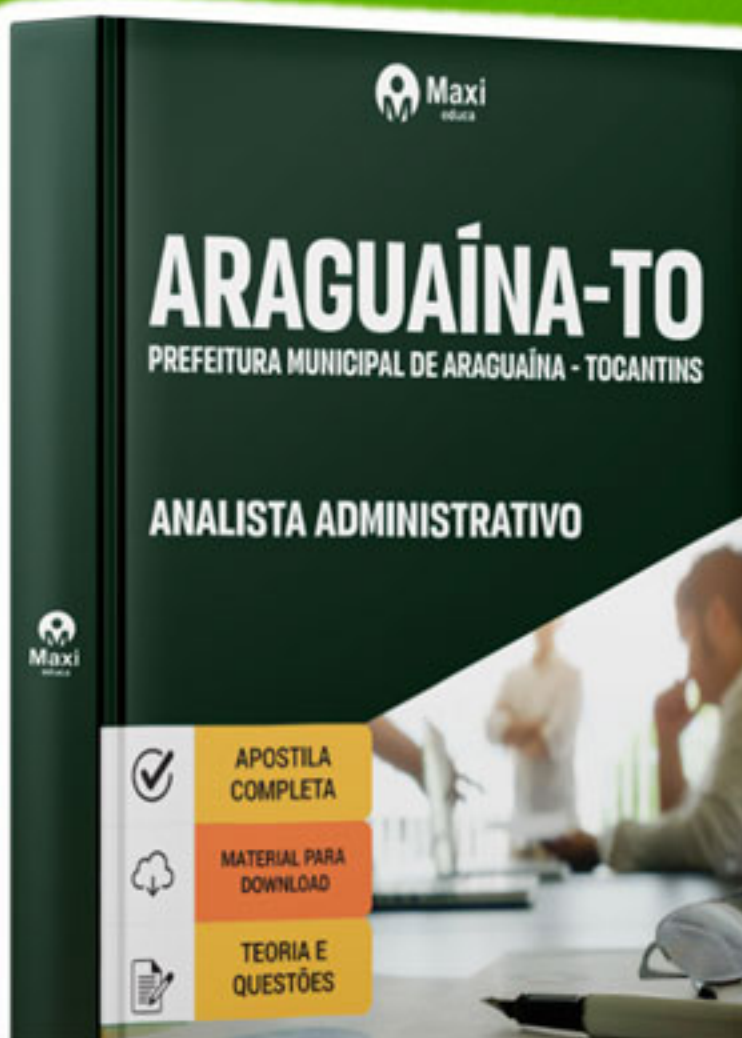
A penetração colonial e a formação dos primeiros núcleos

A ocupação não indígena do território começou de forma gradual a partir do século XVIII, impulsionada principalmente por criadores de gado oriundos do Maranhão, do Piauí e do centro de Goiás, que avançavam em busca de novas pastagens. As fazendas de gado foram as primeiras estruturas permanentes de colonização, espalhando-se ao longo dos rios e chapadas em um modelo extensivo de ocupação. Em torno das fazendas e dos poucos caminhos que cortavam o sertão, surgiram os primeiros arraiais — pequenos aglomerados de casas, capelas e vendas que funcionavam como pontos de apoio para os tropeiros e viajantes. O arraial que daria origem a Araguaína formou-se nesse contexto, em uma área de pastagens férteis às margens de afluentes do rio Araguaia, ainda no início do século XX.

¹ SOUSA, Marcelo Araújo de; BRITO, Eliseu Pereira de. *A expansão territorial urbana de Araguaína: algumas considerações. Entre-Lugar, Dourados*, ano 3, n. 5, p. 37-51, 1. sem. 2012. ARAÚJO, Vanderle Antonio de; OLIVATTI, Odair (org.). *Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil – PLGB: Araguaína – Folha SB.22-Z-D, estados do Tocantins e do Pará. Escala 1:250.000. Brasília: CPRM/DIEDIG/DEPAT, 2001. 1 CD-ROM: il.; mapas.*

ARAGUAÍNA. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. [San Francisco]: Wikimedia Foundation, [2026]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Araguaína>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ARAGUAIANA (Município). Prefeitura Municipal de Araguaiana. Araguaiana, [s.d.]. Disponível em: <https://araguaiana.mt.gov.br/>. Acesso em: 25 jun. 2026.



GOSTOU DESSE **MATERIAL?**

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!